



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**SUL DE MINAS GERAIS – *Campus* MUZAMBINHO**  
**NÚCLEO INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**RESOLUÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO**  
**DO IFSULDEMINAS-*Campus* Muzambinho**

**1. O que são ações de Extensão Institucional?**

A Extensão Institucional é um processo educativo, cultural e científico, que viabiliza a transferência do conhecimento acadêmico aos demais setores da sociedade, além de ser indispensável na formação do discente, na qualificação do docente e no intercâmbio com a sociedade, com intuito de atualizar conhecimentos empíricos e técnicas de trabalho da comunidade.

*A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre Universidade e outros setores da sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO, 2010, p.15).*

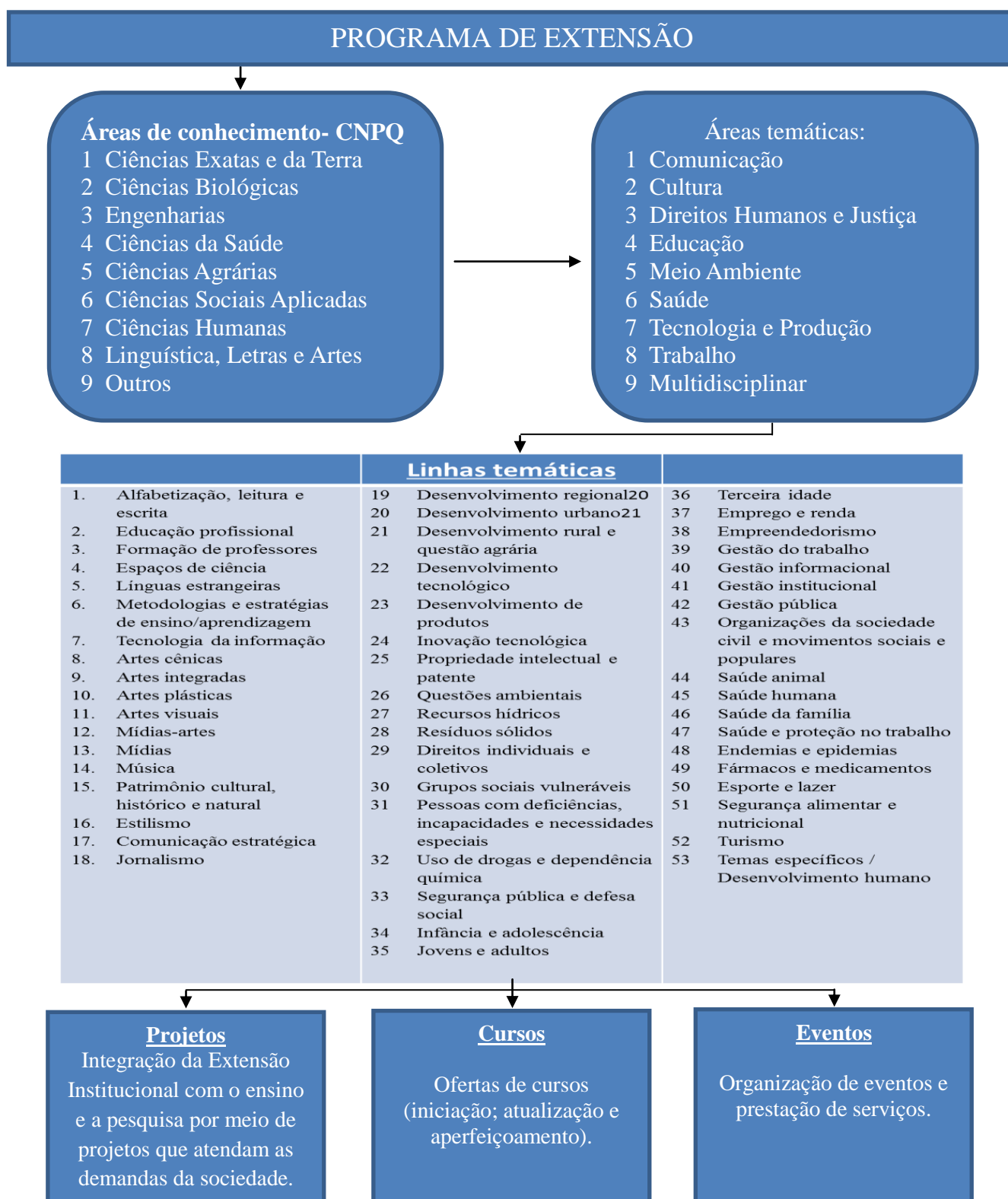
**2. Quem coordena?**

As ações de Extensão Institucional do *Campus* Muzambinho serão coordenadas pelo Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE) local, a quem, de acordo com o Regimento Geral do Instituto, cabe propor normas e políticas de extensão, bem como, fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar as ações de extensão no âmbito interno e externo ao *Campus*.

**3. Como será dividido?**

O programa de Extensão Institucional será dividido em níveis de ensino (Educação Básica e Educação Superior - conforme artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e eixos temáticos, caracterizados por um conjunto de projetos ou ações de extensão (curso, evento e prestação de serviço) de caráter institucional, preferencialmente articulado ao ensino e à pesquisa. Essas ações devem ser orientadas para um objetivo comum e executadas a médio e longo prazos, envolvendo docentes, técnico-administrativos, discentes regularmente matriculados, bolsistas e/ou voluntários e comunidade externa a Instituição de Ensino.

Conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o **Fluxograma 1** ilustra as áreas do conhecimento e detalhamento sobre as linhas temáticas. No **Quadro 1** explicita as especificações das linhas temáticas.



**Fluxograma 1.** Detalhamento das áreas do conhecimento conforme Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. (Fonte: adaptado de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras/2007), adaptada para Programa de Extensão IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho)

**Quadro 1.** Especificações das linhas temáticas das ações de Extensão Institucional, IFSULDEMINAS, *Campus Muzambinho*.

1. Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de métodos de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2. Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3. Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4. Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5. Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6. Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7. Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8. Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9. Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10. Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11. Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e métodos visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12. Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13. Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.

14. Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a proatividade.
15. Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16. Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17. Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18. Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político pedagógico das escolas; desenvolvimento de métodos e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19. Estilismo	Estilismo e moda.
20. Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21. Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22. Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23. Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24. Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25. Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26. Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de métodos de intervenção.
27. Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28. Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29. Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.

30. Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31. Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33. Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34. Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35. Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37. Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38. Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39. Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40. Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41. Recursos hídricos	Planejamento de bacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42. Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada e resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43. Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.

44. Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45. Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46. Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47. Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar
48. Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49. Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50. Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
51. Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52. Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53. Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

FONTE: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras / 2007.

## 4. Conceitos.

### 4.1. Projeto.

Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e cronograma determinado, que atendam necessidades sociais. Tais projetos consistem em ações de intercâmbio e colaboração entre a Instituição de Ensino e sociedade – interna ao *Campus* e ou extra institucional. Correspondem à aplicação de conceitos adquiridos no ensino e verificação de resultados que levarão ao desenvolvimento de uma interface ou NÃO com a pesquisa. Projetos de extensão deverão apresentar, no mínimo, duração de 6 meses, havendo

dedicação do docente e discente de carga horária semanal mínima de 2 horas para execução das ações.

#### **4.2. Cursos.**

Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância (podendo ser desenvolvida parcial ou integralmente à distância), planejada e organizada de modo sistemático, com carga mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos, seja para formação inicial ou continuada, com intuito de aperfeiçoar e/ou disseminar conhecimentos, que atenda a comunidade acadêmica e comunidade externa.

#### **4.3. Eventos**

Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (organização e prestação de serviços), que implicam na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Instituição, caracterizado por uma ação extensionista de curta duração (mínimo de 2 horas), sem caráter continuado, com envolvimento da comunidade acadêmica e comunidade externa. Além da prestação de serviços oferecido pela Instituição ou parceria caracterizada por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem, sendo necessária o registro de tal atividade ao NIPE.

### **5. Avaliações**

Aos projetos que forem submetidos a editais de fomento adotar-se-á como critérios avaliativos os itens detalhados abaixo.

#### **5.1. Redação (0 a 20 pontos)**

Um dos desafios da extensão institucional é desenvolver métodos e procedimentos inerentes a sua natureza, cuja especificidade difere da pesquisa e do ensino. Portanto, espera-se que as ações estejam planejadas e estruturadas em paradigmas próprios e que os objetivos guardem adequada sinergia. Ademais, a fundamentação teórica deve iluminar as práticas propostas. O quadro de referência teórica fornece sustentação à discussão da problemática que envolve o tema do projeto extensionista. Por exemplo, nos projetos que tratam das cooperativas, interessa a teoria de como fazer o trabalho com a comunidade (métodos) e as teorias que versam sobre as cooperativas.

Para a avaliação da redação do projeto devem ser analisados os seguintes itens:

1. Coerência e robustez dos textos das seções Referencial Teórico e Justificativas.
2. Clareza da Seção Objetivo(s), cujo texto deve ser conciso e com objetivos explícitos.
3. Seção Material e Métodos descrita em detalhes, a fim de possibilitar a total compreensão dos procedimentos adotados, assim como replicação das ações.
4. Público alvo, em que ações/projetos que atendam diretamente comunidades em estado de vulnerabilidade social<sup>1</sup> serão incentivados e privilegiados.
5. Seção Resultados Esperados com a descrição dos potenciais produtos gerados e repercussões das ações/projetos, havendo discriminação dos impactos sobre os distintos públicos atendidos.
6. Cronograma de execução bem discriminado e em conformidade com o prazo de execução das ações/projetos.
7. Orçamento coerente e dentro do limite estabelecido em edital.

## **5.2. Mérito do projeto (0 a 30 pontos)**

Para análise do mérito do projeto devem ser avaliados os seguintes itens:

1. Importância e interação da instituição com a sociedade (0 a 8 pontos).
2. Público-alvo (0 a 8 pontos).
3. Interface do ensino, pesquisa e extensão (0 a 7 pontos).
4. Potencial tecnológico (0 a 7 pontos).

## **5.3. Participação de alunos (0 a 10 pontos)**

Deverão ser considerados os seguintes aspectos:

1. Multidisciplinaridade.
2. Número de alunos.
3. Participação discente voluntária.

---

<sup>1</sup> Considerar os seguintes públicos como sendo aqueles em situação de vulnerabilidade social: comunidades de baixa renda; menores em situação risco; população de regiões socioeconomicamente menos desenvolvidas; população de regiões de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); população rural (mulheres, jovens e pequenos produtores); assentados da reforma agrária; desempregados; beneficiários de programas sociais (Bolsa Família, pessoas assistidas pelos CRAS municipais ou órgãos de outra esfera, ONG's ou grupos de apoio da sociedade civil organizada, etc); pessoas em privação de liberdade por cumprimento de penas judiciais (menores internados em instituições de ressocialização, presidiários, recuperandos das APAC's, etc); pessoas em situação de rua; coletores de materiais recicláveis; dependentes (químicos, de álcool, de outras drogas lícitas ou ilícitas etc); pessoas com necessidades especiais; idosos; mulheres vítimas de violência doméstica; comunidades tradicionais (ciganos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, povos de terreiros, etc); população LGBTTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros).



#### **5.4. Exequibilidade (0 a 10 pontos)**

A exequibilidade deve ser medida pela capacidade de desenvolvimento do projeto, independente da concessão de recursos e bolsas. É “mais exequível” em ocasiões em que, mesmo na ausência de apoio financeiro, percebe-se que o projeto apresenta alternativas para ser desenvolvido. Exequibilidade na extensão também se relaciona com articulação proposta pelo projeto com a comunidade, com a integração dos discentes, com o envolvimento do docente. Não é exequível quando o docente envolve um número de horas desproporcionais com sua carga horária de trabalho, nem que os alunos ou que a comunidade esteja a uma distância exagerada da Unidade de lotação dos proponentes. Também não é exequível um projeto que não apresente diagnóstico da necessidade e da aceitação da comunidade, evitando-se a implementação de projetos impostos a ela. A exequibilidade deve estar associada a um cronograma de execução bem discriminado e detalhado das ações que serão desenvolvidas e em conformidade com o prazo de execução das ações/projetos a serem cumpridos.

#### **5.5. Indicadores de impactos internos (0 a 10 pontos)**

Um projeto de extensão que possui impacto internamente pode estar vinculado a uma ou mais disciplinas de um ou vários cursos nos níveis de educação básica e ou superior. Poderá ofertar cursos ou outras ações sistematizadas como palestras, simpósios, debates, etc., interferindo na formação da comunidade acadêmica.

Quando a realização do projeto promove melhorias na formação do discente, levando-o a dominar assuntos e conhecimentos distintos daqueles abordados no currículo do seu curso, por meio de estudos paralelos, subsidiado com bibliografias específicas, pode-se haver a caracterização de ações/projetos de extensão.

Uma ação/projeto de extensão pode ainda contemplar diretamente a população interna ao *Campus*, a qual está categorizada sob estado de vulnerabilidade social, qualificando-a positivamente, haja visto que tais ações/projetos serão incentivados e privilegiados.

#### **5.6. Indicadores de impactos externos (0 a 20 pontos)**

Um projeto de extensão que apresenta impacto externo e propõe transformações e melhorias na realidade da comunidade, alterando suas rotinas, potencialmente soluciona problemas crônicos, construindo estratégias e interferindo positivamente nas dificuldades inicialmente diagnosticadas. Realça-se que ações/projetos que atendam diretamente comunidades em estado de vulnerabilidade social serão incentivados e privilegiados.

## 6. Avaliação

**Tabela 1:** Avaliação e pontuação geral

<b>ITEM AVALIADO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Redação	
Mérito do projeto	-----
Importância e interação da instituição com a sociedade	
Público-alvo	
Interface do ensino, pesquisa e extensão	
Potencial tecnológico	
Participação de alunos	
Exequibilidade	
Indicadores de impactos internos	
Indicadores de impactos externos	
<b>TOTAL</b>	

**Tabela 2:** Análise e resultado

<b>Resultado da análise do projeto</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Projeto aprovado	Acima de 89	Muito bom
	89 a 75	Bom
	74 a 60	Regular
Projeto Não Aprovado	59 a Zero	Insatisfatório

### 6.1 Critérios de Desempate

1. Inserção social diferenciada ou demanda social necessária (necessidade da instituição de ensino executar sua função ao responder a necessidade da comunidade). Ações/projetos que atendam diretamente comunidades em estado de vulnerabilidade social serão incentivados e privilegiados;
2. Beneficiários diretos e indiretos: alcance (quantitativo);
3. Evolução e inovação do projeto (apontamento de soluções para desafios cotidianos).